



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
Departamento de Compras
Divisão de Licitações e Contratos

Relatório SEI-GDF n.º 4/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília-DF, 10 de janeiro de 2022

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Ref.: Procedimento Licitatório Eletrônico nº 021/2021 – DECOMP/DA.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de instalação de rede subterrânea de energia elétrica para quiosques localizados no Setor Hospitalar Local Sul – SHLS, em Brasília – DF., devidamente especificado no Projeto Básico e no Edital e seus anexos.

I – DA INTRODUÇÃO

O presente procedimento licitatório tem como objeto a Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de instalação de rede subterrânea de energia elétrica para quiosques localizados no Setor Hospitalar Local Sul – SHLS.

O Procedimento Licitatório Eletrônico nº 021/2021 – DECOMP/DA teve o seu edital republicado no dia 22 de dezembro de 2021, com abertura do certame prevista para o dia 14 de janeiro de 2022.

Foi apresentado o seguinte pedido de esclarecimento, conforme Docs. SEI/GDF nº 77233329.

II – DA TEMPESTIVIDADE

Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento da presente pedido de esclarecimento, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

III – DAS ALEGAÇÕES DA REQUERENTE

Em suas razões, a empresa XXXXXXXX fez as seguintes indagações:

1. **PRIMEIRA**

II. DO ESCLARECIMENTO NECESSÁRIO

Apesar dos serviços contratados demandarem, predominantemente (67%), a atuação de engenheiro elétrico, a alínea b.1 do subitem acima citado demanda a apresentação de atestado de capacidade técnica de engenheiro civil, o que traduz a exigência de atuação do aludido profissional.

Ou seja, o objeto do certame demanda a instalação de rede de energia elétrica, e o texto editalício exige a atuação de especialista que é incapaz de executar o que necessita esta ilustre companhia.

Dá porque a necessidade de esclarecimentos. Ora, se para a consecução do objeto do Edital é imprescindível a atuação de engenheiro elétrico, por qual razão é exigido a apresentação de capacidade técnica de engenheiro civil?

IV - DA ANÁLISE DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Em se tratando de aspecto eminentemente técnico, os autos foram encaminhados à área demandante, nos termos do Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (Doc.SEI/GDF nº 77233953).

Em resposta, a área demandante exarou a Nota Técnica nº 1 (77450945) nos seguintes moldes:

"RESPOSTA: Considerando que a regulamentação das profissões de engenheiros eletricitas e civis foram tratadas inicialmente pelo Decreto nº 23.569/1933, cabendo aos engenheiros civis, dentre outras, as competências para projetos e construção de edificações e de "obras destinadas ao aproveitamento de energia", conforme abaixo transcrito:

"Art. 28. São da competência do engenheiro civil:

(...)

b) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de edifícios, com todas as suas obras complementares;

(...)

f) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras destinadas ao aproveitamento de energia e dos trabalhos relativos às máquinas e fábricas;"

Ocorre que, com o advento da Lei 5194/66, que em nada alterou as competências estabelecidas pelo Decreto nº 23.569/1933, que continua em vigor, as atribuições e atividades para todas modalidades ou profissões foram estabelecidas de maneira genérica, de forma que, segundo entendimento predominante, algumas modalidades tiveram competências suplementadas às proporcionadas pelo decreto de 33.

As definições para as novas situações foram dadas pela Resolução nº 218/1973. De acordo com o seu art. 1º, art. 7º e art. 8º, por meio dos quais continuou se reconhecendo para os engenheiros civis a competência para o desempenho da atividade de projetos e obras para edificações e seus serviços afins e correlatos e passaram a ser admitidas aos engenheiros eletricitas as mesmas atividades, com foco na geração, transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica, conforme abaixo transcrito:

"Art. 7º - Compete ao ENGENHEIRO CIVIL ou ao ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO e CONSTRUÇÃO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos.

Art. 8º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRICISTA ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETROTÉCNICA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à geração, transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos; seus serviços afins e correlatos. "

Portanto, tanto para engenheiros civis, quanto para engenheiros eletricitas, a partir deste momento, estabeleceu-se formalmente a competência para o desenvolvimento de serviços técnicos e execução de obras, dentre outros.

Tal sombreamento, na área de projetos e de execução de instalações prediais de eletricidade, tornou-se inevitável, por questões históricas e legais.

Passando ao que prevê o Edital de Licitação do PLE nº 021/2021 - DECOMP/DA, em seu item 9.1.4, abaixo transcrito:

"b) Acervo técnico:

b.1 – do responsável técnico:

A PROPONENTE deverá comprovar a Capacidade Técnica-profissional, mediante apresentação de uma ou mais Certidões de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou dos membros da equipe técnica que participarão da execução do contrato, relativa(s) à prestação de serviços compatíveis com as características do objeto licitado, conforme discriminado abaixo: (subitem 19.2 do Projeto Básico).

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
1	Construção ou Reforma de edificação"

Tendo em vista todo o exposto, **entendemos**, sem prejuízo das demais condições estabelecidas, **que poderá ser aceito, para fins de comprovação da qualificação técnica-profissional exigida, a apresentação de uma ou mais Certidões de Acervo Técnico, de qualquer profissional legalmente habilitado, incluindo Engenheiro Civil OU Engenheiro**

Elétrico, para a execução dos serviços objeto do certame, ou seja, construção ou reforma de edificações, mesmo que o serviço de construção ou reforma tenha abrangido somente as instalações elétricas."

Assim, a referida resposta da área técnica demandante abrange completamente os esclarecimentos da Requerente.

V - CONCLUSÃO

Sendo essas as informações, consideramos atendido o pedido de esclarecimento.

A presente resposta ao pedido de esclarecimento ficará disponível e divulgada no seguinte endereço eletrônico: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP) e www.licitacoes-e.com.br.

Ladércio Brito Santos Filho

Chefe do DECOMP/DA



Documento assinado eletronicamente por **LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO - Matr.0973557-7, Chefe do Departamento de Compras**, em 10/01/2022, às 14:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **77623846** código CRC= **504513E1**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF